



Ofício Circular nº 182/2025-CGJUCGJ

Fortaleza, data da assinatura digital.

Aos(as) Excelentíssimos(as) Senhores Juízes(as) Corregedores(as) Permanentes do Estado do Ceará  
Aos(as) Senhores(as) Notários(as) e Registradores(as) do Estado do Ceará

**Processo:** 0001035-55.2025.2.00.0806

**Assunto:** Comunicação de suposta nulidade em escritura pública de compra e venda .

Excelentíssimos(as) Senhores(as),

Com os cumprimentos de estilo, venho por meio deste, COMUNICAR ao público em geral e às autoridades interessadas, especialmente aos(às) Excelentíssimos(as) Senhores Juízes(as) Corregedores(as) Permanentes e aos(às) Senhores(as) Notários(as) e Registradores(as) das Serventias Extrajudiciais do Estado do Ceará, o inteiro teor do expediente, ID 5866744, em anexo, advindo da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Pernambuco, informando sobre suposta nulidade em escritura pública de compra e venda.

Atenciosamente,

**Marlúcia de Araújo Bezerra**  
Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Ceará





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81720256606132

Nome original: SEI\_00007595\_91.2023.8.17.8017.pdf

Data: 25/04/2025 17:36:58

Remetente:

Diogo Henrique Elias de Souza

Corregedoria Auxiliar Extrajudicial

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Documento: não assinado.

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: SEI Nº 00007595-91.2023.8.17.8017 - DESPACHO.





**TJPE**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Fórum Thomaz de Aquino Avenida Martins de Barros, nº 593 - Bairro Santo Antônio - CEP 50010-040 - Recife - PE

**DESPACHO - TJPE-1111111111/CORREGEDORIA GERAL-  
3000000000/CORREGEDORIAS AUXI-3110000000/CORREGEDORIA AUXEXT-  
3110040000**

**CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL**

**SEI Nº 00007595-91.2023.8.17.8017**

**Interessada:** Serventia Notarial – Vitória de Santo Antão (CNS nº 07.365-0)

**DESPACHO**

A interina da **Serventia Notarial do município de Vitória de Santo Antão (CNS nº 07.365-0)**, Sra. **Raíssa da Fonte Dias Beltrão**, enviou expediente a esta Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial comunicando a ocorrência de suposta nulidade em escritura pública de compra e venda.

No expediente pontua que: *"ao consultar o ato em questão (anexo 2), percebe-se que o referido ato (lavrado em 08.06.1999) é nulo, uma vez que não foi assinado por todas as partes (...) Importante destacar que o ato também contém entrelinhas, conforme se verifica da fotocópia do ato (em anexo)".*

Anexou a respectiva escritura pública.

Posto isso, providencie a Secretaria da CAE, **através do malote digital, e com urgência, o encaminhamento do expediente (Id nº 1976730) para todas as Serventias do Estado de Pernambuco e para as Corregedorias-Gerais de Justiça dos demais Estados da Federação e do Distrito Federal.**

**Cumprida a diligência acima, encerre-se este SEI nesta unidade.**

Recife, data e assinatura eletrônicas

**Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa**

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS DAMIAO PESSOA COSTA LESSA, Juiz Corregedor Auxiliar do Extrajudicial**, em 23/04/2025, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **3113419** e o código CRC **F7F0E9B1**.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81720235012615

Nome original: Ofício nº 07-2023 - CGJ - pedido de certidão - ato nulo - ausência de  
assinatura - com anexos.pdf

Data: 02/03/2023 13:16:58

Remetente:

Raissa da Fonte Dias Beltrão

Vitória de Santo Antão - Serventia Notarial

TJPE

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.



**SERVENTIA NOTARIAL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

Rua Joaquim Nabuco, 309, Matriz  
Vitória de Sto Antão-PE, CEP 55612-450  
Tel. (81) 3523-0480  
Delegatária Interina: Raissa da Fonte Dias Beltrão

Ofício nº 07/2023 – SNVSA

Vitória de Sto. Antão, 02 de março de 2023

A Sua Excelência o Senhor Doutor  
Desembargador Ricardo de Oliveira Paes Barreto  
Dd. Corregedor Geral da Justiça do Estado de Pernambuco

A Sua Excelência o Senhor Doutor  
Juiz Carlos Damião Lessa  
Dd. Juiz Corregedor Auxiliar do Extrajudicial da CGJ-PE

**Ref. PEDIDO DE CERTIDÃO – LIVRO SEM CONSTAR TODAS AS ASSINATURAS.**

Excelentíssimos drs.,

Esta Serventia Notarial de Vitória de Santo Antão recebeu, através do e-mail tborbaassessoria@hotmail.com, pedido de “certidão da escritura lavrada em 08.06.1999 às fls. 107/108 do Livro 146, sendo o requerente o proprietário”, e-mail este no qual a remetente se identifica como “Danielle” (anexo 1).

Ocorre que, ao consultar o ato em questão (anexo 2), percebe-se que o referido ato (lavrado em 08.06.1999) é nulo, uma vez que não foi assinado por todas as partes. Trata-se de uma escritura pública de compra e venda na qual resta consignado que figuram, no referido ato, as seguintes partes:

Saibam, quantos este público instrumento de escritura de compra e venda virem, que sendo aos 08 dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e oitenta e nove (1999), nesta cidade da Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco, em meu Cartório no Edifício do Fórum a Praça Professor Juca nº. 256, nesta cidade, compareceram partes, entre si, justas e contratadas, a saber: de um lado como Outorgante(s) Vendedor(es) Bia Suely Ferreira de Mendonça c/cpf nº: 143.240.684-72, c/cr nº: 134723558-PE, brasileira divorciada, placada pública, residente à Rua Aldeias Rádiceiras nº 131 - Iguatema - Recife - PE (c/cpf nº: 92321561, registro de casamento nº: 9215 de 17/05/95 em 23/10/80 com polícia pública, filho de Dr. Luiz de Oliveira e Maria do Carmo e como Outorgada Compradora: Centro de Recuperação Peramata - Instituição de Educação e Assistência Social sem fins lucrativos, c/cpf nº: 02.484.712/0001-59, com sede no lugar Grande de Pina, no Sítio Emaguel, neste município com inscrição estadual nº: 252792384-49 devidamente representada na pessoa de seu Diretor Executivo Adelino Custado de Mendonça Sobrinho c/cpf nº: 252792384-49, brasileiro casado, inscrição autossucessora da Distrito Financeira Juiz de Pina, c/cpf nº: 15.498.454-53, brasileira, empresária com residência em Landeiras - Igaratã do Piauí - PE.

1/3

Comunicado Serventia Notarial - Vitória de Santo Antão (1976730)

SEI 00007595-91.2023.8.17.8017 / pg. 4



**SERVENTIA NOTARIAL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

Rua Joaquim Nabuco, 309, Matriz  
Vitória de Sto Antão-PE, CEP 55612-450  
Tel. (81) 3523-0480  
Delegatária Interina: Raissa da Fonte Dias Beltrão

Trecho que ora transcrevo, acrescentando grifos oportunos à elucidação do presente

caso:

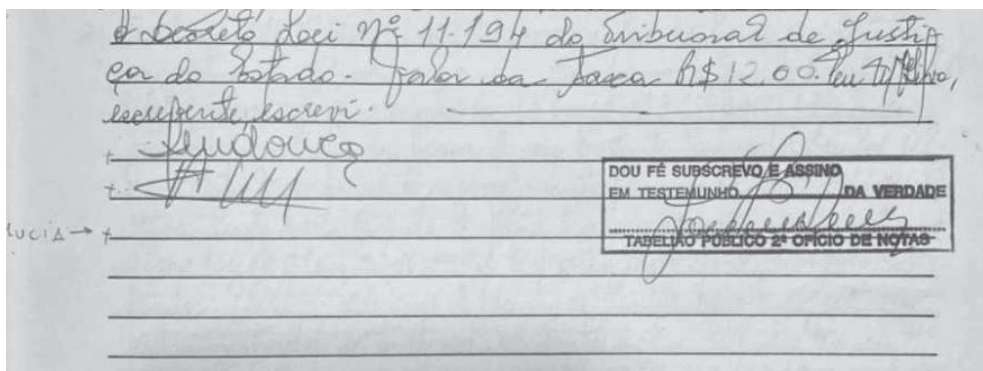
(...)

Saibam, quantos este instrumento de Escritura de Compra e Venda virem, que sendo aos 08 dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e oitenta e (1999) nesta cidade da Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco, em meu Cartório no Edifício do Fórum à Praça Professor Juca nº. 256, nesta cidade, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber: de um lado como Outorgante(s) Vendedor(es)- **Dra. Suely Pereira de Mendonça**, CPF nº 173.240.684-72, CI nº 1341723-SSp/PE, brasileira, divorciada, relações públicas, residente à Rua Alcides Códiceira nº 131 – Iputinga – Recife – PE, fone: 92321561, registro de casamento nº 9215 do livro 17-B às fls. 45v em 23/10/80, averbação do divórcio passada pelo Exmº Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Civil Recife – PE, do outro lado como Outorgado Compradora: Centro de Recuperação Maranata – Instituição de Educação e Assistência Social sem fins lucrativos, CGC nº 02.484.712/0001-59, com sede no lugar Arandú de Cima, no Sítio Emanuel, neste município com inscrição Estadual nº 252.792.384-49, devidamente **representada** na pessoa do seu Diretor Executivo **Adelino Furtado de Mendonça Sobrinho**, CPF nº 252.792.384-49, brasileiro, casado, funcionário autárquico e pela Diretora Financeira **Lúcia Helena Ramos**, CPF nº 145.498.754-53, brasileira, casada, empresária, ambos residentes em Candeias – Jaboatão dos Guararapes – PE.

(...)

(grifos acrescidos)

Todavia, apenas constam do ato duas assinaturas (não identificadas), ademais, constam na área destinada às assinaturas três “x”, como se cada “x” fosse destinado a assinatura de um dos signatários, e, ao lado do “x” que não contém assinatura na sequência, está escrito a lápis “LUCIA”.



Importante destacar que o ato também contém entrelinhas, conforme se verifica da fotocópia do ato (em anexo).

Sendo assim, foi informado à parte interessada, em resposta ao e-mail, que o referido ato só pode ser apresentado mediante determinação judicial ou da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Pernambuco, tendo em vista estar revestido de nulidade (ausência de assinatura de uma das

2 / 3



**SERVENTIA NOTARIAL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

Rua Joaquim Nabuco, 309, Matriz  
Vitória de Sto Antão-PE, CEP 55612-450  
Tel. (81) 3523-0480  
Delegatária Interina: Raissa da Fonte Dias Beltrão

partes), tendo sido informado, ainda, que a circunstância foi informada à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Pernambuco.

Sem mais, aproveito a oportunidade para apresentar à Vossa Excelência protesto de elevada estima, consideração e respeito.

RAISSA DA FONTE  
DIAS  
BELTRAO:09568605  
401

Assinado de forma digital  
por RAISSA DA FONTE DIAS  
BELTRAO:09568605401  
Dados: 2023.03.02 13:12:17  
-03'00'

Raissa da Fonte Dias Beltrão  
Delegatária Interina





Cartório 2o Ofício <cartorio2atendimento@gmail.com>

---

## Solicitação

2 mensagens

---

**Taciana Tborba** <tborbaassessoria@hotmail.com>  
Para: Cartório 2º Ofício <cartorio2atendimento@gmail.com>

28 de fevereiro de 2023 às 14:46

Boa tarde

Solicito a Certidão da escritura lavrada em 08/06/1999 às fls. 107/108 do Livro 146, sendo o requerente o proprietário.

Att:

Danielle

---

**Cartório 2º Ofício** <cartorio2atendimento@gmail.com>  
Para: Taciana Tborba <tborbaassessoria@hotmail.com>

1 de março de 2023 às 10:07

Bom dia!

E-mail recebido e encaminhado para o setor competente.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

**Cartório 2º Ofício de Notas  
e Privativo de Protesto - Vitória/PE**  
*Agradecemos sua preferência!*



VALOR CR\$ 20.000,00

Inscritura Pública de compra e venda do Sítio Sacrifício, no lugar Grandú de Lima, com a denominação atual Emanuel, com dois e meio hectares, que será desta área desmembrada em outra de hum hectare e oitocentos (1,8) figurando como Outorgada Compradora: Celso de Recuperação Maramata.

Saibam, quantos este público instrumento de escritura de compra e venda virem, que sendo aos 08 dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e oitenta e nove (1999) nesta cidade da Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco, em meu Cartório no Edifício do Fórum à Praça Professor Juca nº. 256, nesta cidade, compareceram partes, entre si, justas e contratadas, a saber: de um lado como Outorgante(s) Vendedor(es) Sr. Suelly Ferreira de Mendonça CPF nº: 143.240.684-72, e CN nº: 1344723 SSP-PE, brasileira, divorciada, Placões Públicos, residente à Rua Alcides Pedreira nº: 131 - Iguatinga - Recife - PE fone: 99321561, registro de casamento nº: 92/15 de 17-08-45 em 23-10-88, averbação de divórcio proferida pelo Ex.º Juiz de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões do Rio de Janeiro em 06-09-90, e de outro lado como Outorgada Compradora: Celso de Recuperação Maramata - Instituto de Educação e Assistência Social sem fins lucrativos, CCE nº: 02.484.412/0001-59, com sede no lugar Grandú de Lima, no Sítio Emanuel, neste Município com inscrição estadual nº: 252.992.384-49, devidamente representada na pessoa do seu Diretor Executivo Adelson Furtado de Mendonça Sobrinho, CPF nº: 252.992.384-49, brasileiro casado, funcionário autárquico e pela Diretora Financeira Suelia Helena Lima CPF nº: 145.498.454-53 brasileira casada, empresárias ambas residentes em Landeiras - Labatão do Quaranzeiro - PE. Eu Celso: Vale a rasura acima: Recuperação.

pessoas conhecidas pelos próprios de mim Tabelião e das testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas: Dou fé. E, perante esta(s) pelo(s) Outorgante(s) Vendedor(es) me foi dito: que é ela senhora e legítima possuidora em mansa e pacífica posse do Sítio Sacrifício no lugar Grandú de Lima, com a denominação atual de Emanuel, com dois e meio hectares, que será desta área desmembrada em outra de hum hectare e oitocentos (1,8), que passará a chamar-se Sítio Maramata, com o seguinte Memorial descritivo: Memorial descritivo de uma parte de terras desmembradas do Sítio Emanuel medindo 18.747,25 m²: 1,8 hectares, que passará a se chamar Sítio Maramata, localizado no Município da Vitória de Santo Antão - PE, pertencente ao Centro de Recuperação Maramata, partindo do ponto 1,

numa extensão de 14.00 metros do lado Oeste, limitando-se com terras de Suelly Pereira, encontra-se o ponto 2, partindo deste ponto, numa extensão de 128,50 metros do lado Sul, limitando-se com terras de José Rodrigues de Lima, encontra-se o ponto 3, partindo deste ponto, numa extensão de 156,50 metros do lado Sul, limitando-se com terras de José Rodrigues de Lima, encontra-se o ponto 4, partindo deste ponto, numa extensão de 72,00 metros do lado Norte, limitando-se com terras do Sr. João Manoel, encontra-se o ponto 5, partindo deste ponto, numa extensão de 110,50 metros do lado Norte, limitando-se com terras de José Rodrigues de Lima, encontra-se o ponto 6, partindo deste ponto, numa extensão de 168,50 metros do lado Norte, limitando-se com terras do Sr. José Rodrigues de Lima, encontra-se o ponto de partida. Tábua de Santo Antônio, 26/05/99. Manoel Alves de Melo, chefe da U.M.P. Lincera. Adquirido deste livro por escritura pública de compra e venda lavrada, o livro no livro 135 fol 49/50 em 02-10-1992, e devidamente registrada sob o nº 3-3654, livro 25 fol 99 de 06-10-1992 no Cartório Imobiliário deste Município.

E da forma como possui(m) dito bem livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus tem justos e contratados vendê-lo(s) como de fato vendido o(s) tem ao(s) outorgado(s) comprador(es) pelo preço e quantia certa de

R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

quantia esta que recebe(m) das mãos do(s) outorgado(s) em moeda legal corrente do país contada e achada certa e da qual lhe(s) da(o) plena e geral quitação da quantia recebida, para não mais lhe ser exigida o preço desta venda que faz(em) boa, firma e valiosa, em qualquer tempo e lugar em Juízo e fora dele pondo o(s) mesmo(s) outorgado(s) a p/z e a salvo de dúvidas futuras, transmitindo-lhe(s) como transmite(m) todo direito, domínio, ação e posse que tinha no(s) dito(s) bem(ns) ora vendido, renunciando como renuncia(m) a todo e qualquer direito ou privilégio que lhe(s) assista(m) ou alegar possa(m) contra a validade deste ato e respondendo como responde(m) pela evicção. Pelo(s) Outorgado(s) Comprador(es) me foi dito que aceitava(m) esta escritura na forma n'ela expressa. Em fé de verdade assim o disseram estipularam, outorgaram e aceitaram e eu aceitei em razão do meu ofício. Assim de acordo justos e contratados me pediram as partes que esta lhe(s) lavrasse em minha notas o que fiz por mim haver sido distribuída. Terminada esta eu Tabeleiro ali em voz alta perante as partes e testemunhas

que estão dispensadas de acordo com a Lei 6.952 de 06.11.81.

meus conhecidos e residentes nesta cidade. E, por acharem-na em tudo conforme assinam estas partes.

Isento da transcrição das certidões Federal e Estadual conforme parecer emitido pela Assessoria da Corregedoria Geral do Estado em consulta feita sobre a Lei 7.433 § 2.º art. 1.º da Lei nº 7.433 de 18 de dezembro de 1985.

Fez o Outorgante Vendedor declarar que deixou de apresentar o certificado de quitação do I.T.B.S.

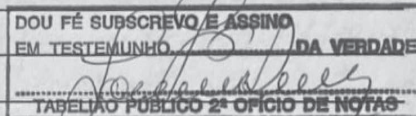
Comunicado Serventia Notarial

Corregedoria de Santo Antônio (1976)

Processo nº 17.8017 / p. 12

por não ser empregador, e nem assalariado ondo 108  
de obra proveniente de construção civil, como deter-  
mina o Item I do Artigo 1º do Decreto nº 821 de  
05-09-1969. Sendo do Suposto de Transmissão  
Inter-vivos, conforme Artigo 150. Parágrafo 6º, letra  
C, da Constituição da República Federativa do Brasil  
e do Lei Municipal nº 2222, Artigo 4º. IV alínea  
C de 27-02-1989 da não incidência do referido  
imóvel. Pela Outorgante declarou  
que sobre ela não existe nenhuma ação qui-  
rada ou ônus sobre o imóvel, objeto da pre-  
sente transação e que foi aceite pela Outorga-  
da Compradora. Foi apresentada a Tapa de  
fiscalização dos Serviços Notariais de acordo com  
o Decreto Lei nº 11.194 do Tribunal de Justiça  
do Estado. Valor da Tapa R\$ 12,00. Eu, Lucia,  
escrevente, escrevi.

+ Eduardo  
+ Lucia



Lucia → +

**CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL**

SEI Nº 00014243-13.2023.8.17.8017

Reclamante: Larissa Panadés - OAB/PE 52.906

Reclamado (a): 4ª SERVENTIA REGISTRAL - RECIFE (CNS Nº 07.374-2)

**DESPACHO/NOTIFICAÇÃO**

Considerando o teor do art. 198 da Lei de Registros Públicos [1] , **NOTIFIQUE-SE** o Titular do **4ª SERVENTIA REGISTRAL - RECIFE (CNS Nº 07.374-2)**, qual seja, o Sr. Paulo Roberto Olegário de Sousa, para esclarecer se emitiu ou não nota devolutiva sobre o requerimento formulado pela reclamante.

Caso negativo, a nota deverá ser expedida.

**ESTE DESPACHO TEM FORÇA DE NOTIFICAÇÃO.**

**Os documentos que instruem este processo devem acompanhar a notificação.** Decorrido o prazo delineado, com ou sem manifestação da entidade mencionada, voltem-me conclusos os autos para nova deliberação.

**Publique-se e cumpra-se.**

Recife, data e assinatura eletrônicas

**Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa**Juiz Corregedor Auxiliar  
Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

[1] Art. 198. Se houver exigência a ser satisfeita, ela será indicada pelo oficial por escrito, dentro do prazo previsto no art. 188 desta Lei e de uma só vez, articuladamente, de forma clara e objetiva, com data, identificação e assinatura do oficial ou preposto responsável, para que: (Redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022)

(...)

V - o interessado possa satisfazê-la; ou (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)

VI - caso não se conforme ou não seja possível cumprir a exigência, o interessado requeira que o título e a declaração de dúvida sejam remetidos ao juízo competente para dirimi-la.

**CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL**

SEI Nº 00007595-91.2023.8.17.8017

Interessada: Serventia Notarial – Vitória de Santo Antão (CNS nº 07.365-0)

**DESPACHO**

A interina da **Serventia Notarial do município de Vitória de Santo Antão (CNS nº 07.365-0)** , **Sra. Raissa da Fonte Dias Beltrão** , enviou expediente a esta Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial comunicando a ocorrência de suposta nulidade em escritura pública de compra e venda.

No expediente pontua que: "*ao consultar o ato em questão (anexo 2), percebe-se que o referido ato (lavrado em 08.06.1999) é nulo, uma vez que não foi assinado por todas as partes (...). Importante destacar que o ato também contém entrelinhas, conforme se verifica da fotocópia do ato (em anexo)*".

Anexou a respectiva escritura pública.

Posto isso, providencie a Secretaria da CAE, **através do malote digital, e com urgência** , **o encaminhamento do expediente (Id nº 1976730) para todas as Serventias do Estado de Pernambuco e para as Corregedorias-Gerais de Justiça dos demais Estados da Federação e do Distrito Federal.**



Cumprida a diligência acima, encerre-se este SEI nesta unidade.

Recife, data e assinatura eletrônicas

**Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa**

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

**CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL**

**SEI Nº 00022070-74.2024.8.17.8017**

**Requerente:** Serventia Registral – Glória do Goitá (CNS nº 07.655-4)

**DESPACHO/NOTIFICAÇÃO**

Trata-se de requerimento enviado, via Malote Digital, pela Serventia Registral do município de Glória do Goitá (CNS nº 07.655-4), no qual a responsável, **Sra. Ailma Chalegre de Lira**, que também é interina da Serventia Notarial do assinalado município (CNS nº 15.953-3), solicita o funcionamento das Serventias, que atualmente se encontram em funcionamento na Praça Cristo Redentor, 35, Centro, Glória do Goitá, no ponto provisório localizado à Rua Djalma Dutra, 435, Centro, em razão da necessidade de realização de reforma no local, " *a qual trará ampliação nas instalações para a comodidade dos colaboradores no exercício das atividades e, especialmente, aos usuários que procuram os serviços de NOTAS e REGISTRO* ".

Anexou contrato de locação do ponto provisório, projeto referente à reforma a ser realizada no ponto de funcionamento das Serventias, bem como Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Pois bem.

Considerando o lapso temporal existente desde o protocolo do presente requerimento, bem como o esgotamento do prazo previsto para locação, promova-se a **NOTIFICAÇÃO** da requerente para oferecer informações, **no prazo de 10 (dez) dias, acerca da reforma comunicada, se a mesma já foi concluída, com o retorno ao ponto de origem, ou caso ainda esteja em andamento informar o prazo para a sua finalização**.

**ESTE DESPACHO SERVE DE MANDADO DE NOTIFICAÇÃO.**

Decorrido o prazo acima, voltem conclusos.

**Publique-se e cumpra-se.**

Recife, data e assinatura eletrônicas. *z*

**Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa**

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

**CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL**





**TJPE**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Fórum Thomaz de Aquino Avenida Martins de Barros, nº 593 - Bairro Santo Antônio - CEP 50010-040 - Recife - PE

## CERTIDÃO

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que na data de **25/04/2025**, restou efetivada a publicação do(s) Doc.(s) de **Id nº 3113419** na **Edição nº 105/2025** do Diário de Justiça Eletrônico (DJe) do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na(s) página(s) **67 a 68**, conforme atesta a documentação em anexo.

Nada mais. Dou fé.  
Recife, data e assinatura eletrônicas.

**DIOGO HENRIQUE ELIAS DE SOUZA**

(Mat. nº 188.719-0)



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO HENRIQUE ELIAS DE SOUZA, ASS TEC CORREG AUX/PJC-IV**, em 25/04/2025, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **3119761** e o código CRC **406266D5**.

00007595-91.2023.8.17.8017

3119761v2

